

A HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO EM PORTUGAL: VARIAÇÕES TEMÁTICO-CURRICULARES OU CONVERGÊNCIAS DO OLHAR?

A escolha da história da educação em Portugal como tema para compor este dossiê não foi aleatória, uma vez que a aproximação entre pesquisadores de Portugal e do Brasil vem se realizando e se mostrando profícua há algumas décadas. Dessa confluência intelectual tem-se engendrado a organização conjunta de eventos científicos, publicações de autores portugueses e brasileiros, intercâmbio de docentes na condição de professores convidados, composição de bancas de defesas de tese de doutoramento e outras iniciativas.

Essa diversa e já longa parceria luso-brasileira justifica-se, sobretudo, em função de afinidades existentes na trajetória de organização da educação escolar nos dois países e, por conseguinte, nos pressupostos teórico-metodológicos empregados pela historiografia da educação no Brasil e em Portugal. Nesse sentido, o constante fluxo de pesquisadores brasileiros, em particular daqueles oriundos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), às universidades portuguesas e as demais iniciativas de colaboração e cooperação acadêmica entre os dois países decorrem da constatação da existência de um passado que guarda aproximações no que diz respeito ao processo de organização dos respectivos sistemas nacionais de ensino, assim como da possibilidade de diálogo entre ambas as historiografias da educação que pretendem analisar e traduzir esses processos.

Para além dos aspectos comuns à realidade brasileira, esse dossiê apresenta-se como mais uma iniciativa de estreitamento dos laços que tem unido investigadores dos dois países. Além disso, revela em particular um momento específico da história de colaboração acadêmica entre o PPGED/UFU e as universidades de Portugal, marcado pela presença concomitante nesse País de cinco investigadores daquele Programa de Pós-Graduação¹. Durante a permanência em Portugal, os cinco pesquisadores

¹ Com vistas à internacionalização das pesquisas desenvolvidas no PPGED da UFU e tendo também como finalidade aprofundar os temas investigados no Brasil e/ou cotejá-los

em questão, dos quais três figuram como autores dos textos ora publicados, tiveram os seus estágios orientados e supervisionados por professores e investigadores do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE-UL) e do Departamento de Teoria da Educação e Educação Física e Artística da Universidade do Minho (UM) em Braga, Portugal; tiveram também a oportunidade de frequentar os mesmos seminários, pesquisaram nos mesmos arquivos e bibliotecas, discutiram particularidades de fontes em comum e de abordagens conceituais e teóricas igualmente afins². Desse convívio, foi-se tecendo uma convergência de temas, de referenciais bibliográficos, de indícios e documentos e, por conseguinte, de tratamento metodológico – com predomínio da análise qualitativa e da análise de conteúdo –, que constituem a base que alicerça os textos integrantes dessa publicação.

Foi esse o contexto em que se engendrou o dossiê *A história do ensino primário em Portugal. Variações temático-curriculares ou convergências do olhar?* A temática incide sobre a história do ensino primário em Portugal vista por historiadores da educação brasileiros e portugueses, com particular incidência no período denominado Estado Novo.

Além de tomar o ensino primário como recorte principal de análise e de empregar fontes de pesquisa comuns (impressos e legislação, sobretudo), um outro ponto de convergência do olhar que se apresenta

com aspectos da história da educação em perspectiva internacional, em 2012 uma docente e quatro doutorandos desenvolveram pesquisas em Portugal financiados pela CAPES e CNPq. Essas pesquisas foram realizadas nas modalidades de estágios de doutorado intercalar e de pós-doutorado no Departamento de Teoria da Educação e Educação Física e Artística da Universidade do Minho (UM) em Braga e no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE-UL). *Estagio de pos-doutoramento no IE-UL*: Prof^a. Dr^a. Sandra Cristina Fagundes de Lima (FACED/UFU). *Estagio de Doutorado Intercalar no IE-UL*: Geovanna L.M. Ramos (doutoranda PPGED-UFU). Fernanda Alencar (doutoranda PPGED-UFU). Nilce Vieira (doutora PPGED-UFU). *Estagio de Doutorado Intercalar na UM-Braga*: Josemir A. Barros (doutor PPGED-UFU).

² *Arquivos*: Ministério da Educação e Torre do Tombo. *Bibliotecas*: Biblioteca Nacional, Biblioteca do IEUL, Biblioteca do ISCTE do Instituto Universitário de Lisboa e Biblioteca do Ministério da Educação.

Documentos Comuns: periódicos, legislação, ofícios ministeriais, fotografias, dentre outros.

subjacente a este dossiê consiste na incidência num tempo forte – o tempo dos governos centralizados e totalitários, ditos Estado Novo. Apenas duas entradas fogem a essa baliza temporal, uma por ser anterior, situando-se no período de 1910 a 1926 e outra por situar-se entre 1974 a 1998.

No que concerne às variações temático-curriculares, no plano disciplinar, cada um dos investigadores encontrou o seu marco conceitual, o método de trabalho e também o seu próprio arquivo. Também a historiografia não tem sido inteiramente convergente sobre a história do ensino primário. Nesse sentido, o dossiê é composto por diferentes abordagens sobre o ensino primário, sobretudo no que incide sobre as categorias de análise empregadas, tais como: história da infância, história do ensino e da escola rural, história social do professorado primário, neutralidade educativa, escola laica e partidos políticos, conforme se poderá constatar a seguir pelas temáticas dos cinco artigos publicados.

José António Afonso discute o processo de criação da escola pública laica no Portugal republicano. Para tanto, parte da exploração dos programas eleitorais das formações partidárias explicitamente republicanas e resultantes de cisões no Partido Republicano Português (PRP). Esta opção radica na possibilidade de através dessa fonte de informação se proceder a uma aproximação à realidade centrada no modo como os atores republicanos configuraram essa escola – elemento matricial do ideário do PRP –, por um lado, em face das sucessivas conjunturas políticas que assolaram o período de 1910 a 1926, e, por outro lado, como se reconfiguraram as diferentes sensibilidades republicanas face à própria constitucionalização da República.

O artigo de *Justino Magalhães* discute a seguinte questão: A escola portuguesa estabeleceu com a sociedade uma relação qualitativamente diferenciada. O rural foi representado como arcaico, subdesenvolvido e de inevitável transformação por contraponto ao mundo urbano culto e progressista, apresentado como norma. Seu estudo permite demonstrar que, não obstante, a subalternização da cultura e do modelo de desenvolvimento rural, houve uma política educativa e uma pedagogia orientadas para o mundo rural. Destinados à alfabetização das populações rurais, o Estado Novo criou a figura do Regente Escolar e ampliou a oferta educativa com Postos Escolares. A alfabetização rural era o primeiro grau da Escola

Única. Assim, em resposta ao inquérito *Possibilités d'Accès à l'Éducation dans les Zones Rurales* (1958), o governo português reiterou a ideia de que em Portugal a Escola é a mesma para todos.

Margarida Louro Felgueiras analisa em seu texto o fato de os professores primários portugueses terem constituído na década de 1920 um movimento organizado e ativo na defesa da educação popular e depois, com a Ditadura, desmantelado o movimento sindical, o grupo profissional vai aparecer como o mais submisso e conformista. A autora pretende compreender a passagem de um associativismo atuante a um conformismo silencioso e um pensamento e práticas arcaicas. Para isso, analisou os processos de candidatura de filhas e filhos de professores primários ao Instituto do Professorado Primário Oficial Português (IPPOP) entre 1915-1985. Identificou o número de famílias de professores que esses processos representavam e as caracterizou tendo em conta a origem geográfica dos professores/as, profissão do cônjuge do professor/a, número de filhos, estado civil e condições socioeconômicas.

O texto de *Sandra Cristina Fagundes de Lima* tem como tema as representações construídas sobre a escola (pública) primária rural e veiculadas pela revista “Escola Portuguesa – Boletim do Ensino Primário Oficial” (EP) – durante os seus primeiros cinco anos de publicação (1934 – 1939). Instituída pelo Decreto n. 22.369 de 30 de março de 1933, a EP era uma publicação da Direção Geral do Ensino Primário, cujo propósito registrado em seu primeiro número seria divulgar a doutrina pedagógica nacional e fornecer aos professores primários uma “técnica conveniente” ao desempenho de suas funções. A partir dessa missão, a EP, dentre outros temas, publicou legislação, notícias, fotografias, artigos, teses, conferências e palestras proferidas por autoridades educacionais e dirigidas aos professores primários. A questão proposta para análise consistiu em compreender se os editoriais da EP, durante o período em questão, apresentaram e ou debateram os problemas que perpassavam a escola primária rural no país.

Josemir A. Barros e Nilce Vieira trazem, em seu texto, reflexões sobre pesquisas desenvolvidas no âmbito do “Projecto de investigação sobre a infância em Portugal” (PiiP) realizado de 1997 a 1999. Esse estudo, em Portugal, abordou a redefinição do campo da infância e dos *médias* por

meio de levantamento bibliográfico realizado no período de 1974 a 1998. Nessa concepção, esses autores discorrem a respeito da história da infância, a partir da visão desses investigadores, ponderando que, com o advento da sociedade industrial, as crianças assumiram um novo lugar como cidadãos em formação, o que incluiu uma relação com o trabalho na sociedade capitalista e suas múltiplas implicações. A indagação que apresentam é a seguinte: a circulação de temáticas sobre as crianças acarretou melhores condições sociais para esse público?

*Sandra Cristina Fagundes de Lima
Justino Magalhães (Organizadores)*